



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 068/2026
TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. OBJETO

Publicação legal em jornal diário de grande circulação, tanto local quanto estadual, em meio físico e/ou eletrônico, ou por meio de agência de publicidade.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA

Contratação de publicação em jornal diário de grande circulação, tanto local quanto estadual, em meio físico e/ou eletrônico, por meio de Ata de Registro de Preços, para aproximadamente 4000 cm/col. (centímetros/coluna) de publicações legais em geral, bem como publicações relacionadas a licitações públicas, na forma da legislação vigente, conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade	Unidade	Especificação do Objeto	Valor de Referência
01	4.000	cm/cl	Publicação legal por centímetro/coluna, em jornal de grande circulação local (Município de Santo Antônio da Patrulha), e estadual, em meio físico e/ou eletrônico, para realização de publicações legais em geral, bem como publicações relacionadas às licitações públicas, na forma da legislação vigente.	R\$ 16,93

2.1. Observação do Objeto:

2.1.1. A publicação poderá ser diretamente em jornal ou por meio de agência de publicidade.

2.1.2. A contratante deverá encaminhar o arquivo do documento/texto a ser publicado, por meio digital, de acordo com a formatação definida pelo sistema da empresa vencedora do certame, no dia anterior ao da publicação, sendo definido em conjunto com a vencedora o horário limite para envio.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação faz-se necessária para possibilitar publicações exigidas por lei, em especial referentes a processos licitatórios na forma da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.1. Requisitos para Contratação Os serviços de publicação legal em jornal diário de grande circulação, tanto local quanto estadual, em meio físico e/ou eletrônico, diretamente ou por meio de agência de publicidade, têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, para firmar Ata de Registro de Preços. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão



comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei n.º 14.133/2021.

4. FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E LOCAL

4.1. Os serviços deverão ser realizados conforme necessidade da administração municipal, após o recebimento de cada nota de empenho.

4.2. As minutas para publicação serão produzidas pelo Departamento de Compras, de acordo com a necessidade de divulgação dos atos legais, na forma da legislação vigente ou por outro Departamento, conforme o tipo de publicação.

4.3. Elaboradas as minutas, os arquivos a serem publicados, serão enviados por meio digital, no dia anterior ao da publicação, de acordo com a formatação e horário limite definidos pela detentora da Ata de Registro de Preços.

4.4. Os serviços objeto da licitação serão fiscalizados, e deverão atender as especificações exigidas no edital, para posterior liberação do pagamento.

4.5. Os serviços estarão sujeitos à reprovação caso não atendam as especificações exigidas no edital, caso este, em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá refazer no prazo estipulado pela administração.

4.6. Caso os serviços não estejam de acordo com as especificações exigidas, a devida Secretaria não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.7. Os serviços decorrentes da Ata de Registro, serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

4.8. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

4.9. Todo serviço deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

4.10. A empresa prestadora, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que tiver recebido, além da identificação de quem procedeu o recebimento.

4.11. A cópia da Nota de Empenho será anexada ao processo de administração da ata.

5. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registros de Preços firmada com empresa licitante vencedora do certame terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da mesma, podendo ser prorrogada, nos termos da Lei.

5.2. Após o término do prazo de vigência da Ata poderá ser firmado contrato do saldo remanescente.

5.3. A fiscalização da respectiva Ata de Registro de Preços será realizada pelos servidores designados pela Secretaria de Municipal da Administração e Finanças (SEMAF) nomeados através de Portaria, na qual



serão considerados todos os requisitos constantes neste documento.

5.4. O valor registrado poderá ser reajustado, pelo índice acumulado da variação do IPCA, sendo este após 12 (doze) meses da vigência ou no caso de contratação de saldo da Ata.

6. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. Documentação de habilitação jurídica; regularidade fiscal e trabalhista; e habilitação econômico financeira, compatível com o objeto, na forma da legislação vigente.

6.2. Declaração firmada por representante legal informando que o jornal é diário e de grande circulação estadual e local.

6.3. No caso de participação de agências de publicidade, deverá ser apresentado declaração firmada por representante legal da empresa informando o jornal que serão realizadas as publicações.

6.4. Registro do jornal no qual serão realizadas as publicações, junto ao Cartório de Registro Civil, e/ou cartório competente, na forma do art. 8.º, da Lei Federal 5.250, de 09 de fevereiro de 1967 e art. 122, da lei federal n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

6.5. No caso de participação de agências de publicidade, deverá ser apresentado o documento exigido no item 6.4, do jornal que serão realizadas as publicações.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor a ser orçado pelo Departamento de Compras, na forma da legislação vigente.

Vislumbra-se que tal valor deverá ser compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 333/2022, que “Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos para contratações públicas na forma da Lei Federal nº 14.133, de 1.º de abril de 2021 e dá outras providências”.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a emissão e apresentação da Nota Fiscal conforme vistorias regulares realizadas pelos fiscais da Ata de Registro de Preços. Para quitação de cada parcela, a detentora da Ata de Registro de Preços deverá apresentar os documentos de cobrança em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual, deve estar discriminado os serviços, e deverá ainda, constar na Nota Fiscal o número da Licitação, o número da Nota de Empenho prévio, dados bancários para pagamento, bem como apresentar o relatório FGTS digital do mês ou outro relatório que substitua, em decorrência das alterações impostas pela legislação do E-Social.

8.2. O pagamento somente será realizado após as devidas verificações e liberação realizada pelos fiscais da Ata de Registro de Preços.

8.3. Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da Ata de Registro de Preços enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.



8.4. A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a detentora da Ata de Registro de Preços apresente junto com a nota fiscal as Certidões Negativas habilitatórias em plena vigência.

8.5. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura, destacados os valores relativos a IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e o ISS, caso ocorra fato gerador destes e outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento, conforme disposto no Decreto Municipal nº 271/2022 e IN RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN 2108/2022.

das devidas retenções, na forma da legislação vigente.

8.6. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá ser emitir 01 (uma) nota fiscal por empenho (caso sejam emitidos mais de um empenho para o serviço em questão).

8.7. O CNPJ da detentora da ata constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo, o número da licitação, o número da nota de empenho prévio, emitida por esta Prefeitura e os dados bancários da empresa, bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais na Nota Fiscal.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1.1. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.2. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

9.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo Município.

9.1.4. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, durante a realização dos serviços.

9.1.5. Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causar-lhes, em decorrência da prestação dos serviços prestados em decorrência da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo de suas responsabilidades.

9.1.6. Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização do Município.

9.1.7. Arcar com todas as despesas de taxas, impostos ou quaisquer outros valores legais decorrentes da prestação dos serviços.

9.1.8. Durante a vigência da ata de registro de preços, encaminhar toda a correspondência ao contratante, referente ao objeto licitado, exclusivamente por meio do fiscal.

9.1.9. Durante a vigência do contrato, encaminhar toda correspondência ao contratante, referente ao objeto do contrato, exclusivamente por meio do fiscal.

9.1.10. Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na entrega do objeto, ou que possam comprometer a sua qualidade.



9.1.11. Entregar o objeto licitado, conforme especificações do edital, Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços apresentada.

9.1.12. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, caso formalizado.

9.1.13. Atender as determinações da fiscalização da contratante.

9.1.14. Obrigação de cumprimento de Cota de Aprendizagem Profissional, conforme Art. 429 e seguintes da CLT.

9.2 .RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9.2.1. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

9.2.2. Efetuar o pagamento da Nota Fiscal da detentora da Ata de Registro de Preços, após a efetiva prestação dos serviços e mediante assinatura do Fiscal da Ata de Registro de Preços.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão na Nota de Empenho.

11. ANÁLISE DE RISCO

Risco de poucos interessados no certame licitatório e, conseqüentemente na futura contratação, o que pode ser mitigado/sanado pela publicidade adequada do certame.

Também, na prestação dos serviços, risco de algum documento enviado não ser levado à publicação, o que pode ser mitigado/sanado pelo ajuste entre o Município e a detentora da Ata de Registro de Preços, quanto aos prazos e formatos de envio de publicações e possibilidade de verificação/conferência sobre o efetivo lançamento da publicação para a edição pretendida.

Santo Antônio da Patrulha/RS, 09 de junho de 2026.

Rodrigo Gomes Massulo

Prefeito Municipal



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela PKIC.Z2UF.FWIB.RFA3